

Webinar Teses e Dissertações

Aspetos relacionados com a legislação

Priscila Couto

19 de maio de 2016

Enquadramento legal

- Artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na redação do Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto
(Depósito obrigatório de uma cópia digital das teses e outros trabalhos de doutoramento e das dissertações de mestrado num repositório da rede RCAAP)
- Decreto-Lei n.º 52/2002, de 2 de março
(Registo nacional de teses de doutoramento em curso)

Enquadramento legal

Portaria n.º 285/2015, de 15 de setembro

(Aprova o regulamento Técnico de Depósito de Teses e Trabalhos de Doutoramento e de Dissertações e *Trabalhos* de Mestrado)

Estrutura da portaria

- Aprovação do regulamento
- Disposições transitórias relativas aos graus atribuídos desde a data de entrada em vigor do DL 115/2013, com *prazos diferenciados*
 - Depósito das teses e trabalhos de doutoramento que ainda não o tivessem sido – 31 de julho de 2016
 - Registo dos graus de mestre e depósito das dissertações e trabalhos de mestrado – 31 de dezembro de 2016
- Regulamento em anexo

Estrutura do regulamento

- Definições
 - Inclusão, no caso dos mestrados, dos trabalhos de projeto e dos relatórios de estágio, para além das dissertações
- Processo feito através do RENATES e de um repositório da rede RCAAP
- Procedimentos

Procedimentos específicos - comparação

Grau de doutor

Quando é registado o tema da tese:

- Registo inicial

Após a atribuição do grau:

- Depósito
- Registo do grau
- Possibilidade de registo do cancelamento
- Possibilidade de introduzir alterações

Grau de mestre

Após a atribuição do grau:

- Registo do grau
- Depósito

Procedimentos comuns

- Graus conjuntos – registo e depósito realizado apenas por uma das instituições, quer se trate apenas de instituições portuguesas ou de instituições portuguesas e estrangeiras
- Elementos do depósito e registo dos dados descritivos e identificativos do trabalho
- Formatos dos ficheiros